NOTÍCIAS CNTV/

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 09/Mar

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2927/2023



BAHIA

SINDICATOS SE REUNEM EM PLENO DOMINGO PARA AVALIAR AS PENDENCIAS PARA O REAJUSTE E ASSINATURA DA CCT



Presidentes e Diretores do SINDMETROPOLITANO, SINDVIGILANTES/BA, SVITABUNA E SINDVIGILANTES/FEIRA se reuniram na manhã de domingo (dia 05/03), na cidade de Feira de Santana para avaliar o processo de negociação coletiva, a condição colocada pelo patronato para assinar a CCT e reajustar os salários, a resposta da categoria à consulta sobre a proposta patronal de hora extra nas folgas (na 12/36) e os próximos passos da luta.

Todaacategoriajáficouciente, principalmente através das Assembleias realizadas em janeiro, da proposta acordada com os patrões para o novo Piso Salarial do Vigilante (1.374).

E também já ficou sabendo que o patronato, na hora de assinar a CCT com o reajuste e outras clausulas (Boa Permanência para 18%, Alimentação, Plano de Saúde, Intervalo Intrajornada, etc.), condicionou a permissão, pelos Sindicatos, de realização de serviços extras nas folga, na jornada 12/36.

Mais de 2.000 Vigilantes que responderam a uma consulta eletrônica dos Sindicatos e disseram que não a quebra da jornada 12/36, reforçam a resistência dos Sindicatos em defesa das conquistas da categoria.

Na reunião de ontem os Sindicatos avaliaram tudo isto, definiram os próximos passos para a semana que se inicia.

A reunião também definiu os próximos passos da luta:

- Negociação com o Sindicato patronal;
- · Convocação da categoria para decidir sobre a luta.

Estamos juntos, fortes e firmes na luta.

FONTE: SINDMETROPOLITANO/BA

Vigilantes discutem convenção coletiva



Assembleia dos vigilantes do DF ocorrida dia 08/03/2023 na rampa dos vigilantes

Na noite do dia 08/03 aconteceu a assembleia dos vigilantes do DF, que contou com a presença dos trabalhadores vigilantes, representantes do sindicato e do deputado distrital Chico Vigilante (PT), que tem como uma das prioridades de sua atuação parlamentar a defesa da categoria.

Os trabalhadores estão em fase de discussão da sua convenção coletiva, que deveria ter sido assinada em janeiro, mas o patronato não quer assinar até agora.

Representantes do sindicato dos vigilantes tiveram reunião hoje (8) com representantes do sindicato patronal e desembargadores do TRT 10 para tratar da questão. Nova reunião sobre o tema foi agendada para amanhã (9) no MPDF.

Os vigilantes ficaram de realizar nova assembleia no próximo dia 15 para avaliar o resultado do que for definido neste encontro. Conforme informaram, o patronato quer retirar 11 itens da convenção, o que a categoria não aceita.

Dependendo do que definirem, eles podem deflagrar greve. "É importante que estejamos reunidos na defesa salarial e também dos nossos empregos", afirmou Chico Vigilante.

Vamos aguardar essa reunião, avaliar juntos o que for discutido. Se for necessário partirmos para a greve eu estarei, como sempre, em todas as mobilizações e piquetes ao lado de vocês", declarou o distrital.

FONTE: ASSESSORIA DO DEP. CHICO VIGILANTE

Vigilante pede à governadora rompimento do contrato da Ipanema com o GDF



O deputado distrital Chico Vigilante (PT) pediu no dia 07/03, à governadora em exercício do Distrito Federal Celina Leão o rompimento do contrato da Ipanema – que presta serviços terceirizados na área de higienização de hospitais públicos do Distrito Federal com o GDF. "Empresa tem de respeitar os trabalhadores", afirmou ele. Vigilante fez a denúncia durante sessão plenária da Câmara Legislativa do DF (CLDF). "Quero falar de uma questão grave. Estamos aqui votando uma série de projetos de benefícios para mulheres, mas temos um grupo de mulheres honestas, batalhadoras que são as trabalhadoras que fazem a higienização dos hospitais do DF. Estou falando do pessoal que pega duro, no rodo, vai lá e faz a limpeza. Uma empresa chamada Ipanema que ganhou a licitação recentemente para a realização desses serviços nas unidades de saúde, até hoje, 7 de março, portanto 6º dia útil do mês, está sem pagar o salário dos seus empregados", acusou.

De acordo com o deputado "essas trabalhadoras e também trabalhadores da Ipanema estão desesperados, sem receber

". Ele contou que em relação à categoria dos vigilantes, a mesma empresa só pagou os vigilantes dos hospitais porque sabe que vigilante de hospital faz greve. "Não pagou nem o salário dos vigilantes das UBSs nem dos que ficam nos postos de saúde", frisou.

O parlamentar sugeriu à governadora Celina Leão que determine à secretaria de Saúde para entrar com processo de rompimento de contrato com essa empresa.

"O GDF tem que ter a coragem de romper com o contrato e chamar quem queira trabalhar e prestar o serviço em dia, sem prejudicar os trabalhadores. São três empresas que ganharam a licitação: Global, Liderança e Ipanema. Global e Liderança pagaram em dia, mas a Ipanema não pagou. A governadora disse que vai determinar à Secretaria de Saúde que oriente o rompimento de contrato. Isso é importante, para que se respeite os trabalhadores", enfatizou o distrital.

FONTE: ASSESSORIA CHICO VIGILANTE



ATENÇÃO VIGILANTES DA IPANEMA QUE PRESTAM SERVIÇO NA SECRETARIA DE SAÚDE E NÃO RECEBERAM PAGAMENTO

A Empresa Ipanema fez tratamento diferenciado com os seus empregados. Pagou os vigilantes que prestam serviço nos hospitais públicos do DF e deixou os vigilantes que prestam serviço nas unidades de saúde como UPAS, Postos de Saúde, dentre outros a ver navios. Tal situação é revoltante, pois o salário é sagrado e todos os vigilantes devem receber para que possam honrar seus compromissos. Convocamos também para a porta da Ipanema os 90 vigilantes feristas, que entraram em férias dia 15 de fevereiro, em um total de 180, e nada receberam. Contamos com a presença destes 90 vigilantes que ficaram sem receber, apesar de quase já estarem voltando das férias.

A Ipanema está passando de todos os limites e no GDF, só silêncio e omissão.

PAGAMENTO JÁ PARA TODOS OS VIGILANTES DA IPANEMA SEM EXCESSÃO.

TODOS E TODAS NA PORTA DA EMPRESA IPANEMA DIA: 09 DE MARÇO DE 2023 – QUINTA-FEIRA

HORÁRIO: A PARTIR DAS 07 DA MANHÃ

LOCAL: SIA TRECHO 1 – LOTE 1271

Mulheres chefiam 50,8% dos lares, mas ganham menos e sofrem mais com desemprego



A Atualmente o Brasil conta com 13,2 milhões de mulheres inseridas no mercado de trabalho com carteira assinada. Deste universo, 1072 estão aqui no Espírito Santo e são vigilantes patrimoniais.

A luta das mulheres no mercado de trabalho tem sido árdua e longa. Com os anos, muitos direitos foram conquistados, mas elas ainda estão longe de alcançar um cenário igualitário e justo.

Apesar dos direitos já conquistados pela mulher no mercado de trabalho, ainda há muitos desafios pela frente. Segundo o IBGE divulgados em 2019, 65% da mão de obra geral do mercado ainda é masculina, em comparação com 45% feminina.

Ainda segundo a mesma pesquisa, as trabalhadoras brasileiras podem receber até 20% a menos que os homens. Mesmo quando têm ensino superior e exercem a mesma função.

Outro grande desafio ainda enfrentado por muitas mulheres é a jornada dupla de trabalho.

Como os serviços domésticos ainda são atribuídos quase exclusivamente a elas, as mulheres precisam dividir o seu tempo entre o trabalho de dentro e fora de casa. E não é

pouca coisa!

São elas as responsáveis por limpar, cozinhar, fazer compras, administrar as contas e cuidar dos filhos. E ainda cumprir as jornadas externas do mercado de trabalho.

Apesar das diferenças e dificuldades, a presença das mulheres no mercado de trabalho está cada dia mais forte e a tendência é aumentar. Esbanjando competência e qualificação, as mulheres estão ocupando cargos de liderança e provam que lugar de mulher é onde ela quiser.

História das mulheres no mercado

A Primeira Revolução Industrial, que transformou completamente o universo do trabalho aconteceu em 1760 na Inglaterra. Com o surgimento das fábricas, o setor agrário e as atividades artesanais foram sendo levados para dentro das indústrias. Esta nova realidade deu uma nova definição para os papéis sociais e a atuação de homens, mulheres e crianças.

Foi a primeira vez que um grupo grande de mulheres começou a trabalhar fora de casa, promovendo certa autonomia e independência a elas e servindo como fagulha para o surgimento de movimentos pelos direitos das mulheres.

No dia 8 de março de 1917, milhares de russas se reuniram em uma passeata pedindo os direitos para o gênero feminino, bem como o fim da guerra e do desemprego. Assim, nos anos seguintes, o Dia das Mulheres continuou a ser celebrado naquela data pelo movimento socialista, na Rússia e nos demais países do bloco soviético.

Nos Estados Unidos, por exemplo, a indústria têxtil era a que mais contratava mulheres na década de 1840, mas as más condições de trabalho e os problemas oriundos dessa situação provocaram protestos e, consequentemente, restrições para proteger mulheres e crianças.

FONTE: SINDSEG GV-ES

RECUSA REITERADA EM FORNECER DADOS DE GEOLOCALIZAÇÃO DE TRABALHADOR GERA MULTA DE MAIS DE R\$ 1,2 MILHÃO A EMPRESA DE TECNOLOGIA



A 71ª Vara do Trabalho-SP multou a Google do Brasil em mais de R\$ 1,2 milhão pela recusa reiterada, por mais de 245 dias, em fornecer dados de geolocalização de trabalhador. Caso não cumpra a ordem em até 15 dias (a contar de 6/3), a empresa poderá ser impedida de participar de licitações e contratos públicos, mediante inscrição no Banco Nacional dos Devedores Trabalhistas. A determinação é do juiz do trabalho Farley Roberto Rodrigues de Carvalho Ferreira, que destinou o pagamento das penalidades às vítimas da tragédia em São Sebastião-SP.

No processo, a empresa se negou a fornecer informações da posição geográfica de empregado de uma firma de segurança em determinadas datas. As coordenadas seriam essenciais para esclarecer um dos pontos controversos de ação trabalhista. Mesmo com a aplicação de multas diárias e insucesso em um mandado de segurança, a companhia manteve a negativa.

Para desobedecer às determinações judiciais, a Google argumentou que só poderia repassar os dados em um eventual processo penal e que o próprio usuário poderia fazer o download desses conteúdos por meio de ferramentas disponibilizadas na plataforma da organização. Disse ainda que, se ela mesma o fizesse, violaria a privacidade do usuário. Mas, de acordo com o magistrado responsável por analisar o caso, o argumento não se sustenta, pois o próprio trabalhador se manifestou no processo autorizando o envio das informações.

Com o acúmulo de multas e recusas, "chegou-se a um impasse no sentido de que ou essa grande multinacional cumpre as decisões do Poder Judiciário brasileiro para colaborar em solucionar questão simples de trabalhador, ou o Poder Judiciário será levado ao descrédito de que somente parte da sociedade precisa cumprir as leis", afirmou o julgador.

Para que o atendimento às vítimas de São Sebastião seja efetivado, Farley Ferreira estabelece que o valor das multas deve ser revertido ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no âmbito do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Cabe recurso.

(Processo nº 1000129-21.2022.5.02.0071)

Fonte: TRT 2º REGIÃO

INSS proíbe empréstimo consignado para beneficiários do BCP

Só aposentados e pensionistas do Instituto podem fazer o empréstimo consignado. Medida evita o superendividamento, dizem especialistas



O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) proibiu bancos e financeiras de oferecer empréstimo consignado a pessoas que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC). O BCP é pago a idosos acima de 65 anos e pessoas com deficiência de famílias de baixa renda e as parcelas do empréstimo eram descontadas direto na folha de pagamento. Ou seja, o banco tem garantia de que vai receber e o beneficiário a de que vai se endividar.

Com a portaria do INSS, só aposentados e pensionistas do Instituto podem fazer o empréstimo consignado.

As instituições financeiras estão "impedidas de executar novas averbações ou comandos que contemplem as operacionalizações" de pagamento mensal de empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e operações de arrendamento mercantil, diz portaria publicada pelo INSS nesta segunda-feira (6).

Segundo o INSS, os 4,2 milhões de empréstimos já feitos permanecem com o desconto do consignado no valor do benefício. Apenas novos estão proibidos.

Endividamento

A decisão do INSS, que segundo especialistas evita o superendividamento de famílias mais pobres, acaba com medida eleitoreira do expresidente Jair Bolsonaro (PL), que autorizou os beneficiários do BPC a fazer empréstimo consignado em março de 2022.

Na época, o governo autorizou os beneficiários

do BPC a comprometer até 40% do valor do benefício com o empréstimo consignado. O resultado foi mais prejudicial do que positivo, disse ao jornal Folha de s Paulo o presidente do Instituto de Estudos Previdenciários (Ieprev), Roberto de Carvalho Santos.

Segundo ele, ao proibir o consignado para beneficiários do BPC, o INSS está protegendo a renda dos mais vulneráveis. "Além disso, no dia a dia, a gente via que essas pessoas sofriam muito assédio de bancos e financeiras", diz.

Quem tem direito ao BPC

Têm direito de receber o BPC mesmo sem nunca terem contribuído para a Previdência Social os trabalhadores inscritos no Cadastro Único (CadÚnico) que fazem parte de famílias de baixa renda. Para isso, a renda per capita (por pessoa) deve ser de até um quarto do salário mínimo, hoje em R\$ 325,50.

O benefício é pago a:

Pessoa idosa, com idade a partir de 65 anos Pessoa com deficiência, de qualquer idade, desde que passe por perícia

A deficiência pode ser física, mental, intelectual ou sensorial, dificultando o dia a dia do cidadão.

Como pedir o BPC

O benefício pode ser solicitado pelo aplicativo ou site Meu INSS, ou por telefone, na Central 135, de segunda a sábado, das 7h às 22h. É preciso solicitar o "Benefício Assistencial ao Idoso" ou o "Benefício Assistencial à Pessoa com Deficiência".

O cidadão precisa enviar os documentos para a análise ou, ao agendar atendimento em uma agência da Previdência e levar toda a documentação que comprove o direito. É necessário estar inscrito no CadÚnico.

Para quem pede o benefício ao deficiente, será agendada uma perícia. Caso o BPC seja indeferido, o segurado pode entrar com recurso nos canais de atendimento do INSS em até 30 dias após saber da decisão.

Fonte: Redação CUT | Editado por: Marize Muniz

Comissões do Senado elegem seus presidentes e retomam os trabalhos

Foram definidas, nesta terça-feira (8), as presidências de 13 comissões permanentes. Resta eleger o colegiado, apenas, da Comissão Senado do Futuro



Foram definidas, nesta terça-feira (8), as presidências de 13 comissões permanentes. Resta eleger o colegiado, apenas, da Comissão Senado do Futuro
Fonte: Agência Senado

Treze das 14 comissões permanentes do Senado elegeram nesta quarta-feira (8) seus presidentes. A eleição dos presidentes das comissões marca o início dos trabalhos dos colegiados. A definição de alguns vicepresidentes ainda ficou pendente e deve acontecer nas próximas reuniões. As escolhas dos presidentes geraram protestos de senadores oposicionistas, que consideraram a distribuição injusta.

Tradicionalmente, a ordem de escolha das presidências segue a proporcionalidade das bancadas de blocos e partidos. A maior delas é a do bloco Democracia (MDB, União Brasil, Podemos, PDT, PSDB e Rede), que conta com 30 senadores. O segundo é o Resistência Democrática (PSD, PT e PSB), com 28 parlamentares. O terceiro maior bloco é o Vanguarda (PL, PP, Republicanos e Novo), com 23 senadores.

Integrantes do bloco Vanguarda protestaram em várias reuniões para a eleição dos presidentes dos colegiados e se abstiveram de votar. Nas reuniões da Comissão de Educação (CE) e da Comissão de Relações Exteriores (CRE), o líder do PL, senador Carlos Portinho (PL-RJ), registrou sua insatisfação pelo fato de o bloco não ter conquistado nenhuma vaga nas presidências.

Ele citou a Constituição que determina que, na constituição das Mesas e de cada comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa.

— Cumpre registrar que o termo "tanto quanto possível" é para garantir que, havendo um número maior de partidos ou bloco do que o número de comissões, não será possível a distribuição observando a proporcionalidade, mas não é o caso. Hoje, o nosso bloco é o terceiro maior desta Casa, o que lhe garantiria, pela proporcionalidade, direito à presidência de quatro comissões, conforme o cálculo — ressaltou.

Protesto semelhante foi feito pelo líder da oposição, senador Rogério Marinho (PL-RJ), em comissões e também em entrevista coletiva após as eleições. Ele firmou que a oposição preferiu não participar do processo porque a regra da proporcionalidade, apesar de ter sido considerada na composição das comissões, não foi respeitada nas presidências.

— Nós vamos aguardar os desdobramentos das conversas que estão sendo feitas para verificar se há alguma alguma possibilidade de negociação. A nossa posição ficou clara por ocasião da votação — disse Marinho, ao informar que há uma reunião marcada para esta quintafeira (9) na Presidência do Senado. Ele não confirmou se algumas das vice-presidências que ainda não foram definidas podem ficar com o bloco Vanguarda.

Escolha

Também em diversas comissões, senadores dos outros blocos contestaram as falas dos integrantes do bloco Vanguarda. Segundo o Regimento Interno do Senado, o presidente de uma comissão deve ser eleito por seus membros em votação secreta. Na maioria das vezes, porém, as lideranças partidárias decidem esses nomes em acordos, respeitando a proporcionalidade entre as bancadas.

Osmembros das comissões, tradicionalmente, referendam essas escolhas, mas nada impede o surgimento de outros candidatos e a disputa no voto, o que não ocorreu. As eleições se deram com chapas únicas, sem o registro de outros candidatos pelo bloco Vanguarda.

Na CE e na CRE, o líder do PDT, senador Cid Gomes (PDT-CE), afirmou que que o bloco Vanguarda optou por não participar de um "esforço eclético, amplo, de entendimento" em torno da eleição para a Mesa do Senado. Assim, segundo o senador, não é razoável que o bloco almeje a presidência de comissões. Ele lembrou que o bloco Vanguarda tem participação assegurada em todas as comissões da Casa.

— O bloco parlamentar Vanguarda resolveu não participar de um esforço de uma Mesa eclética, porque a Mesa é a baliza de todas as direções, e as comissões são uma sequência disso, uma sequência natural. Então, no momento em que o bloco não participou da presidência que, na Mesa, é o principal cargo, isso fez com que se entendesse que eles estavam fora da disputa pelos demais órgãos de direção — explicou.

O líder do PSD, senador Otto Alencar (PSD-BA), também afirmou que o embate na eleição para a Presidência do Senado fez com que os dois blocos que apoiaram a eleição do presidente Rodrigo Pacheco pudessem indicar os presidentes das comissões.

— Isso foi decidido com os blocos Democracia e Resistência Democrática. Essa decisão coletiva não pode ser revogada por uma decisão de ordem pessoal — opinou.

Trabalhos

Com as eleições dos presidentes, os colegiados agora retomam os trabalhos. Além da análise prévia de todos os projetos que tramitam pelo Senado, as comissões fiscalizam o trabalho do Poder Executivo, acompanham a execução de políticas públicas e propõem emendas ao Orçamento da União.

No total, são 14 comissões permanentes, 13 delas com presidentes eleitos. Falta apenas a Comissão Senado do Futuro (CSF), que pode ser alterada para dar origem a outro colegiado para defender o Estado democrático de direito.

— A comissão que foi criada mais recentemente foi a Comissão de Segurança Pública. Era uma distorção não termos uma comissão de segurança no Senado. Agora eu tenho uma proposta que é a transformação da Comissão Senado do Futuro em uma comissão permanente de defesa do Estado democrático de direto. Eu considero muito importante que haja a permanente vigilância do Senado depois de tudo que aconteceu — afirmou o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, em fevereiro.

Eleitos nas comissões permanentes

nesta terça-feira:

Comissão Presidente Vice-presidente Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)

Vanderlan Cardoso

(PSD-GO) A definir

Comissão de Assuntos Sociais (CAS)

Humberto Costa

(PT-PE) Mara Gabrilli

(PSD-SP)

Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)

Davi Alcolumbre

(União-AP)A definir

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT)

Carlos Viana

(Podemos-MG) A definir

Comissão de Direitos Humanos (CDH)

Paulo Paim

(PT-RS) Zenaide Maia

(PSD-RN)

Comissão de Desenvolvimento Regional

(CDR)

Marcelo Castro

(MDB-PI) Cid Gomes

(PDT-CE)

Comissão de Educação (CE)

Flávio Arns

(PSB-PR) Cid Gomes

(PDT-CE)

Comissão de Infraestrutura (CI)

Confúcio Moura

(MDB-RO) A definir

Comissão de Meio Ambiente (CMA)

Leila Barros

(PDT-DF) Fabiano Contarato

(PT-ES)

Comissão de Agricultura (CRA)

Soraya Thronicke

(União-MS) A definir

Comissão de Relações Exteriores (CRE)

Renan Calheiros

(MDB-AL) A definir

Comissão Senado do Futuro (CSF)

definir A definir

Comissão de Segurança Pública (CSP)

Sérgio Petecão

(PSD-AC) Jorge Kajuru

(PSB-GO)

Comissão de Fiscalização e Controle (CTFC)

Omar Aziz

(PSD-AM) A definir

Fonte: Agência Senado

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-1658
SDS - Edifficio Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF